

Sábado, 4, e segunda-feira, 6 de janeiro de 1992

P5 06 JAN 1992

# Discutir hoje o pacto social é o mesmo que desacelerar as reformas

Igor Cornelsen \*

O ano de 1991 termina com a economia estagnada, com a inflação estabilizada e com o risco de hiperinflação eliminado (pelo menos enquanto durarem a desindexação salarial, o combate ao déficit público e a política monetária ortodoxa).



O ponto de inflexão da política de combate à inflação ocorreu em setembro e outubro, quando o presidente vetou artigos da Lei Salarial aprovada no Congresso, o cruzeiro sofreu desvalorização real, a taxa de juro básica passou a ser superior à maior expectativa dos agentes económicos, os preços do setor público passaram a ser corrigidos tendendo ao nível internacional na nova taxa de câmbio, os preços foram liberados, permitindo o abastecimento, e os impostos nos bens de consumo foram recuperados (bebidas, fumos e veículos).

A maior parte dos agentes económicos não compreendeu o que ocorria, pois nossos economistas aprenderam em outra cartilha. Ainda em dezembro um ex-ministro da Fazenda previa hiperinflação para abril de 1992, quando as estatísticas já mostravam os primeiros resultados da mudança de postura no combate à inflação. A hiperinflação não tem qualquer possibilidade de ocorrer mantidas as políticas em vigor.

O ano novo pode trazer boas novas. O pacote fiscal aprovado pelo Congresso pode conseguir a aprovação do "stand-by" de US\$ 2 bilhões do FMI, que abrirá as portas para o refinanciamento do estoque da dívida externa e certamente poderá recuperar o crédito e o investimento internacional, desbloqueando a inserção do Brasil no mercado internacional de capitais e de trocas comerciais. Estaria aberto o caminho para um rápido crescimento das exportações e importações, que não só tem poder de reduzir custos, e portanto reduzir o nível de inflação, como recupera a produção, reduzindo o custo social do ajuste fiscal e sinaliza aos empresários qual o caminho da recuperação de suas empresas.

1992 deveria trazer uma aceleração das reformas económicas. O Banco Central poderia manter a desvalorização real do cruzeiro em 2 a 3% ao mês, ao mesmo tempo que se reduzem barreiras burocráticas às importações, enquanto se acelere a queda das alíquotas alfandegárias. Essa aceleração no ajuste não requer aprovação do Congresso, passa despercebida e tem efeito positivo na redução da taxa de inflação e do crescimento da atividade económica. A energia elétrica e os combustíveis deveriam passar a custar o equivalente ao mercado internacional imediatamente. Esse ajuste contribuiria para o equilíbrio fiscal do setor

público. Seu impacto inflacionário a curto prazo seria mais que contrabalançado pelos seus efeitos fiscais.

1992 pode trazer a reforma da Constituição de 1988. Reformas para extinguir os monopólios, para abrir o Brasil aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que desregulamentaria toda a atividade económica, tão essenciais para que venhamos a ter uma economia mais competitiva internacionalmente.

O Brasil mudou em 1991 e a mentalidade dos brasileiros também. O FMI, por exemplo, não é mais o demônio e sim o avalista necessário para recuperar a credibilidade externa do Brasil e o governador mais popular é o senhor Ciro Gomes, que mantém a austeridade herdada de seu antecessor, o senhor Tasso Jereissati, que se tornou presidente do PSDB. A austeridade e a honestidade estão gerando lucro político, enquanto as concorrências fraudulentas para gerar a comissão que alimenta as "caixinhas" para as campanhas eleitorais nunca repugnaram tanto e geraram tanto prejuízo político.

Existem motivos para sermos mais esperançosos com respeito ao futuro. Tudo leva a crer que o Brasil aprofundará as reformas em 1992, acabará com a intervenção do governo na economia, enterrará os tabelamentos e os congelamentos de preços, acelerará as privatizações e trará agressividade na inserção no mercado internacional. O risco que corremos é de que o pacto social, que novamente volta à discussão, traga consigo as idéias dos empresários que querem proteção de mercado, de trabalhadores que não querem mercado livre de trabalho e políticos que procuram, através da impressão da moeda, financiar suas péssimas gestões. Seria a volta do Brasil ao passado que nos levou à hiperinflação, à recessão, ao desemprego e à desesperança.

Se porventura, o pacto a ser negociado for para aumentar o superávit do setor público, aumentar a concorrência no mercado interno para bens, serviços e força de trabalho, que venha o quanto antes. Lamentavelmente acho que não é bem isso que procuram empresários, trabalhadores e políticos quando se sentam à mesa para discutir um pacto.

Gostaria de estar enganado, mas a volta do pacto social parece levar, não à aceleração das reformas, mas à perda de tempo, assim como perdemos quatro preciosos meses discutindo exatamente o mesmo pacto entre maio e setembro (quando após a mudança da equipe económica não se fez nada procurando-se o pacto). A economia e as expectativas entraram em franca deterioração, até que o Executivo passou a agir dentro de seus limites constitucionais revertendo essas expectativas. Discutir pacto agora, infelizmente, é desacelerar as reformas e provavelmente reverter expectativas.

\* Diretor do Chartered WestLB Limited.